



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

TERMO ADITIVO Nº 02 AO CONTRATO N. 02/2021.

TERMO ADITIVO N. 02 AO CONTRATO N. 02/2021

PROCESSO SEI N. [0003199-70.2020.6.22.8000](#)

LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONVITE (CARTA-CONVITE N. 01/2021)

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 02/2021 QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA LIDER CONSTRUÇÕES EIRELI – CNPJ N. 03.587.444/0001-63, PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE ESCORAMENTO REFORÇO ESTRUTURAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO TRE-RO

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Avenida Presidente Dutra, 1889, Bairro Baixa União, CEP: 76.805-901, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por sua Diretora Geral, **senhora LIA MARIA ARAÚJO LOPES, brasileira, Cédula de Identidade RG 294.893-SSP/RO e CPF 475.106.849-00**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro, a empresa **LIDER CONSTRUÇÕES EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o n. 03.587.444/0001-63, com sede na Rua Padre Paulino, 149, Bairro Conjunto Rui Lino, CEP: 69.919-830, Município Rio Branco, Estado do Acre, Telefone(s): (68) 99973-8596, E-mail(s): athuss_@hotmail.com, neste ato representada por seu Procurador, senhor **ATHUS PESSOA DE SOUZA**, brasileiro, Cédula de Identidade RG 1035377-1/SSP-AC e CPF 891.817.782-87, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com a Autorização constante no Despacho n. 1488/2021 de 26/10/2021 (evento [0754927](#)) e Informação 251/2021/SEMAP, de 21/10/2021 (evento [0753284](#)), celebram, mediante acordo entre as partes, o presente Termo Aditivo, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DO OBJETO

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo Aditivo tem por objeto PRORROGAR o prazo de vigência do Contrato n. 02/2021 (evento [0690666](#)), por mais 21 (vinte e um) dias, a contar de 09/11/2021 a 29/11/2021.

Subcláusula única – O histórico desta contratação consta no anexo I deste instrumento.

DA GARANTIA

(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA - Para assegurar a plena execução deste instrumento, a CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura deste termo aditivo, renovação da garantia contratual apresentada inicialmente, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93 e nos termos e condições do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93, consoante regras estabelecidas na Cláusula Sexta do Contrato originário.

DO FUNDAMENTO LEGAL

(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no art. 57, I, §1º, I, da Lei nº 8.666/93, e na CLÁUSULA QUARTA, Subcláusula Segunda e Subcláusula Terceira, do Contrato n. 02/2021 (evento [0690666](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DA RATIFICAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Originário que não tenham sido alteradas pelos aditivos e pelas apostilas posteriores.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA QUINTA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o Presente Termo Aditivo assinado através do Sistema Eletrônico de Informação - SEI, na presença das testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 27 de outubro de 2021.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo Contratante	ATHUS PESSOA DE SOUZA Pela Contratada
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha

ANEXO I DO TERMO ADITIVO 02 AO CONTRATO 02/2021/TRE-RO

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO**Valor inicial do Contrato, mais valores e informações dos aditivos/apostilas:**

Contrato/Aditivo/Apostila (Valores, objetos e datas de assinatura e de vigência)	Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila	Percentual de acréscimo/supressão já efetuados nesta contratação em relação ao valor inicial do contrato (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário)
Contrato n. 02/2021 (assinado em 13/05/2021) – Volume VIII do PA (evento n. 0690666) Vigência de 180 dias, a contar de 13/05/2021 até 09/11/2021. Valor: R\$ 307.251,52 Garantia: R\$ 15.362,57	R\$ 307.251,52	-
1º Termo Aditivo (assinado em 16/08/2021) – Volume XI do PA (evento n. 0731107) I – Supressão no percentual de 2,56%, ou seja, (-) R\$ 7.853,95, em face dos serviços descritos no evento 0725870 ; e II – Acréscimo de 41,44% (R\$ 127.330,08), em face dos serviços descritos no evento 0725870 .	(-) R\$ 7.853,95 - (Supressão) R\$ 127.330,08 (Acréscimo)	2,56% - Supressão; e 41,44% - Acréscimo.
2º Termo Aditivo (assinado em ____/10/2021) – Volume XII do PA (evento n. 0755314) Prorrogação da vigência contratual por mais 21 dias, a contar de 09/11/2021 até	-	-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

29/11/2021.

*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.

VALOR ATUALIZADO DESTA CONTRATAÇÃO PARA FINS DE CÔMPUTO DE EVENTUAIS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.

R\$ 307.251,52



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 27/10/2021, às 15:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ATHUS PESSOA DE SOUZA, Usuário Externo**, em 28/10/2021, às 09:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 28/10/2021, às 10:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 28/10/2021, às 10:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0755314** e o código CRC **96B50976**.

0003199-70.2020.6.22.8000





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

INFORMAÇÃO Nº 251/2021 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP

AO GABSAOFC.

À COSEG, AJDG e SECONT para conhecimento,

Assunto: Trata-se da necessidade de prorrogação da vigência do Contrato nº 2/2021 ([0690666](#)) - EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA para **EXECUÇÃO DE OBRA DE ESCORAMENTO REFORÇO ESTRUTURAL** na face norte do edifício sede do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia – TRE-RO, conforme as condições estabelecidas no referido contrato, no Projeto Básico e em seus anexos.

Senhor Secretário,

Primeiramente, solicitamos que seja DESCONSIDERADA a Informação nº 249/2021 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0751693](#)), pois foi identificado erros materiais no referido documento.

Diante disso, apresentamos abaixo os argumentos para a referida prorrogação de vigência contratual:

Considerando que o Contrato nº 2/2021 prevê expressamente a possibilidade de prorrogação, conforme dispõe a cláusula demonstrada abaixo:

DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

(Artigo 57 da Lei 8.666/93)

...

Subcláusula Segunda – Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

1. alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

2. superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

3. interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

4. aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

5. impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

6. omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

Subcláusula Terceira – Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

...

Considerando que a Instrução Normativa 004/2008 deste Egrégio Tribunal determina que compete ao gestor do contrato informar à Administração, por escrito, sobre o término da vigência dos contratos, apresentando as justificativas necessárias, de acordo com o o art. 28, I,"i" que assim dispõe:

Art. 28. Compete ao gestor do contrato:

I – quando houver designação de fiscal ou comissão de fiscalização para o contrato:

(...)

i) comunicar à Administração, por escrito, sobre o término do contrato, observando o prazo de até 60 (sessenta) dias para os processos relativos à inexigibilidade e dispensa de licitação, de até 90 (noventa) dias para os relativos à licitação nas modalidades de Convite e Pregão; e de até 120 (cento e vinte) dias para os relativos à licitação nas modalidades de Tomada de Preços e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Concorrência, apresentando as justificativas necessárias, caso se trate da realização de nova licitação, de prorrogação do contrato ou de contratação direta;

Considerando que o prazo de vigência, inicialmente, previsto desta contratação é de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da assinatura deste contrato, já o prazo de execução previsto é de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data do recebimento da Ordem de Serviços respectiva, conforme a seguinte cláusula contratual:

DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

(Artigo 57 da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUARTA – O prazo de vigência desta contratação é de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da assinatura deste contrato.

Subcláusula Primeira – O prazo de execução desta contratação é de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data do recebimento da Ordem de Serviços respectiva.

Considerando, portanto, que o prazo de vigência expirará em 09 de novembro de 2021, uma vez que o referido contrato foi assinado em 13 de maio de 2021, e o prazo de execução expirará em 24 de outubro de 2021, já que a Ordem de Serviço nº 2/2021 ([0692269](#)) foi assinada pelo representante da empresa contratada em 27 de maio de 2021.

Considerando que a fiscalização desta Seção de Manutenção Predial emitirá o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, que atesta a entrega quantitativa de todos os serviços e equipamentos, em até 10 (dez) dias contados da comunicação da CONTRATADA e, posteriormente, o CONTRATANTE emitirá o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, no prazo de 15 (quinze) dias contados da comunicação de entrega do objeto pela contratada, conforme as seguintes cláusulas contratuais:

DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

...



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Ainda quanto ao recebimento dos serviços, devem ser observadas as seguintes condições:

a. PROVISÓRIAMENTE:

...

ii. A FISCALIZAÇÃO emitirá o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, que atesta a entrega quantitativa de todos os serviços e equipamentos, em até 10 (dez) dias contados da comunicação da CONTRATADA conforme item i. acima, desde que constatada através de vistoria, a condição de conclusão quantitativa satisfatória e imprescindível para o uso e funcionamento do objeto;

...

b. DEFINITIVAMENTE:

i. O CONTRATANTE emitirá o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO no prazo de 15 (quinze) dias contados da comunicação de entrega do objeto pela contratada.

Considerando a emissão do TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO N. 02/2021 ([0731107](#)) cujo objeto destacamos abaixo:

DO OBJETO

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo Aditivo possui os seguintes objetos:

1) Registrar a supressão contratual no percentual de **2,56%** (dois vírgula cinquenta e seis por cento) do valor do Contrato n. 02/2021 (evento [0690666](#)), correspondente ao valor de **R\$ 7.853,95** (sete mil oitocentos e cinquenta e três reais e noventa e cinco centavos), em face da necessidade de ajuste dos serviços contratos, conforme descrito na Informação n. 139/2021/SEMAP (evento [0726569](#)); e

2) Registrar o acréscimo contratual no percentual de **41,44%** (quarenta e um vírgula quarenta e quatro por cento) sobre o valor do Contrato n. 02/2021, correspondente ao valor de **R\$ 127.330,08** (cento e vinte e sete mil trezentos e trinta reais e oito centavos), em face da necessidade de ajuste dos serviços contratos, conforme descrito na Informação n. 139/2021/SEMAP (evento [0726569](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Considerando a MANIFESTAÇÃO Nº 19/2021 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0724291](#)) que informa: "*as alterações ocorridas de serviços e de supressão não altera o prazo de execução estabelecido no contrato, pois tais mudanças se tratam de rotinas da obra e melhor qualidade e segurança dos serviços conforme exigências técnicas previstas no projeto básicos e em suas especificações*".

Assim, em que pese não haver necessidade de prorrogação do prazo de execução, diante da alteração do projeto, objeto do supracitado aditivo, esta unidade identificou a necessidade de alterar o **prazo de vigência** a fim de viabilizar, dentro do referido prazo, o recebimento provisório e definitivo, além possibilitar o trâmite do pagamento da etapa final do objeto contratado.

Diante do exposto, esta Unidade Fiscal e Gestora solicita a prorrogação do prazo de vigência em 21 (vinte e um) dias, conforme exposto abaixo:

Prazo de vigência: de 10/11/2021 até 30/11/2021, ou seja, 21 dias.

Respeitosamente,



Documento assinado eletronicamente por **LEISSON DE SOUSA CASTRO, Chefe de Seção**, em 21/10/2021, às 11:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Roberto dos Santos Ferreira, Engenheiro Civil**, em 21/10/2021, às 13:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0753284** e o código CRC **30FC3A26**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0003199-70.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL (SEMAP)

ASSUNTO: ASSUNTO: Prorrogação do prazo de vigência - Contrato Administrativo n. 02/2021 – Contratada: **LÍDER CONSTRUÇÕES EIRELI**- Execução de Obra de escoramento e reforço estrutural na face norte do edifício sede do Tribunal Regional Eleitoral. Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 190 / 2021 - PRES/DG/AJDG

I - RELATÓRIO

01. Trata-se de procedimento administrativo inaugurado para abrigar contratação de empresa especializada em execução de obra de escoramento e reforço estrutural na face norte do edifício sede do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia (TRE-RO) nesta capital de Rondônia.,

02. Após regular procedimento licitatório na modalidade Carta-Convite, este Regional e a empresa **LIDER CONSTRUÇÕES EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o n. 03.587.444/0001-63, firmaram o Contrato 02/2021 ([0690666](#)).

03. Conforme a Informação n. 251/2021 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0753284](#)), a SEMAP levou ao conhecimento do secretário da SAOFC a necessidade de ajustes no prazo de vigência, em razão do seguinte:

(...)

Considerando que o prazo de vigência, inicialmente, previsto desta contratação é de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da assinatura deste contrato, já o prazo de execução previsto é de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data do recebimento da Ordem de Serviços respectiva, conforme a seguinte cláusula contratual:

DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

(Artigo 57 da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUARTA – O prazo de vigência desta contratação é de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da assinatura deste contrato.

Subcláusula Primeira – O prazo de execução desta contratação é de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data do recebimento da Ordem de Serviços respectiva.

Considerando, portanto, que o prazo de vigência expirará em 09 de novembro de 2021, uma vez que o referido contrato foi assinado em 13 de maio de 2021, e o prazo de execução expirará em 24 de outubro de 2021, já que a Ordem de Serviço nº 2/2021 ([0692269](#)) foi assinada pelo representante da empresa contratada em 27 de maio de 2021.

Considerando que a fiscalização desta Seção de Manutenção Predial emitirá o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, que atesta a entrega quantitativa de todos os serviços e equipamentos, em até 10 (dez) dias contados da comunicação da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CONTRATADA e, posteriormente, o CONTRATANTE emitirá o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, no prazo de 15 (quinze) dias contados da comunicação de entrega do objeto pela contratada, conforme as seguintes cláusulas contratuais

(...)

Considerando a MANIFESTAÇÃO Nº 19/2021 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0724291](#)) que informa: "*as alterações ocorridas de serviços e de supressão não altera o prazo de execução estabelecido no contrato, pois tais mudanças se tratam de rotinas da obra e melhor qualidade e segurança dos serviços conforme exigências técnicas previstas no projeto básicos e em suas especificações*".

Assim, em que pese não haver necessidade de prorrogação do prazo de execução, diante da alteração do projeto, objeto do supracitado aditivo, esta unidade identificou a necessidade de alterar o **prazo de vigência** a fim de viabilizar, dentro do referido prazo, o recebimento provisório e definitivo, além possibilitar o trâmite do pagamento da etapa final do objeto contratado.

Diante do exposto, esta Unidade Fiscal e Gestora solicita a prorrogação do prazo de vigência em 21 (vinte e um) dias, conforme exposto abaixo:

Prazo de vigência: de 10/11/2021 até 30/11/2021, ou seja, 21 dias.

04. Recebida a demanda pelo titular da Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade – SAOFC, e considerando a informação acima relatada, encaminhou os autos à SECONT para elaboração da minuta do termo aditivo e a esta AJDG para análise e emissão de parecer jurídico (Despacho nº 1896/2021 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC - [0753779](#)).

05. Em seguida a SECONT juntou aos autos a minuta do Segundo Termo Aditivo ao Contrato n. 02/2021 ([0753818](#)). E pela Remessa nº 267/2021 ([0753821](#)), os autos foram recepcionados na AJDG. É o necessário relato.

II – ANÁLISE JURÍDICA

06. Conforme já registrado por esta unidade jurídica em outros processos, é pacífico o entendimento deste Órgão quanto à possibilidade de prorrogação de contratos administrativos em execução pelo prazo necessário para o cumprimento do objeto contratual. Nessa linha, conforme Informação n. 251/2021 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0753284](#)), as prorrogações pretendidas são necessárias para a execução completa dos serviços contratados.

07. Por sua vez, além de pactuada expressamente **na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo n. 02/2021** ([0690666](#)), a pretensão encontra abrigo no **art. 57, I, § 1º, I, da Lei n. 8.666/93, verbis:**

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I - aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório;

[...]



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega **admitem** prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

(...)

08. Com relação ao prazo de execução, a unidade gestora relata que não haverá necessidade de sua dilação, haja visto que o pedido de readequação de aditivo de serviços ([0724100](#)), conforme apresentado pela Empresa Contratada ([0724099](#)) e aceito pela administração, foi reproduzido no Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 02/2021 ([0731107](#)), e tal alteração do projeto somente causou efeito no prazo de vigência.

09. No caso em tela, a contratação precisa estender o prazo de vigência em mais 21 (vinte e um) dias, a fim de viabilizar, dentro do referido prazo, o recebimento provisório e definitivo, além possibilitar o trâmite do pagamento da etapa final do objeto contratado. Registre-se que o motivo dessa dilação de prazo está no primeiro termo aditivo que anotou supressão e acréscimo em decorrência da alteração do projeto.

10. Quanto à prorrogação do prazo de vigência do referido contrato, verifica-se que há previsão contratual na Subcláusula Segunda, da Cláusula Quarta ([0690666](#)) com fundamento no art. 57, I, § 1º, I, da Lei n. 8.666/93 e restou demonstrada a necessidade de sua dilação pela unidade de gestão e fiscalização do contrato.

11. O Contrato n. 02/2021 estabeleceu a obrigação de a Empresa oferecer garantia contratual, nos seguintes termos, *in verbis*:

CLÁUSULA SEXTA – A contratada deverá apresentar, em **até 10 (dez) dias úteis** após a assinatura do contrato, garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, na forma e nas modalidades estabelecidas no art. 56, §1º, da Lei nº 8.666/93, a saber:

1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
2. Seguro-garantia;
3. Fiança bancária emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (Acórdão n. 2467/2017 – TCU – Plenário).

Subcláusula Primeira – A não apresentação da GARANTIA, injustificadamente, poderá ocasionar a rescisão do contrato, independentemente de ter a contratada iniciado a execução ou não.

Subcláusula Segunda – Na presente contratação a garantia poderá cobrir eventuais prejuízos ocasionados na prestação de serviços pelos agentes da contratada, assegurar o pagamento de eventuais penalidades pecuniárias impostas pela Administração e não quitadas pela CONTRATADA, além de outras situações que justifiquem o acionamento da cobertura.

12. A Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria do TRE/RO, após análise da viabilidade de Termo Aditivo com o objeto de prorrogação contratual



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

– **Parecer CCIA n. 59/2011**, concluiu que: a garantia deverá ser igualmente complementada, para fins de adequação as novas datas do termo final do prazo de execução e vigência do contrato originário, devendo ser comprovada no bojo dos autos.

13. A Corte de Contas orienta no sentido de que: **“Se o objeto for acrescido ou suprido, a garantia deve ser atualizada em igual proporção”** (Manual de Licitações e Contratos 4^a Edição, revista, atualizada e ampliada, página 739). Diz, ainda, as deliberações do TCU:

O agente público que deixa de exigir da contratada a prestação das garantias contratuais, conforme previsto no art. 56 da Lei n. 8.666/1993, responde pelos prejuízos decorrentes de sua omissão, bem como às penas previstas nos arts. 57 e 58 da Lei n. 8.443/92. **Acórdão 859/2006 - Plenário (Sumário)** (sem grifo no original)

Mantenha atenta observação acerca da validade das garantias contratuais fornecidas pelos contratados, resguardando o direito da Administração caso necessite utilizá-las, em obediência ao art. 55, VI c/c art. 66, caput, da Lei n.8.666/1993. **Acórdão 265/2010 - Plenário.** (sem grifo no original)

Exija, como condição necessária a assinatura de contratos e termos de aditamento, de comprovação de que tenham sido prestadas as garantias previstas no instrumento convocatório, na forma do art. 56 da Lei n. 8.666/1993. **Acórdão 1573/2008 - Plenário.** (sem grifo no original)

14. Nessa linha de reflexão, deverá a contrata ser notificada para apresentar a renovação da garantia contratual, em cumprimento à obrigação imposta pela CLÁUSULA SEXTA do ajuste firmado.

III – CONCLUSÃO

15. Nesses termos, considerando, sobretudo, a manifestação da SEMAP ([0753284](#)), esta unidade jurídica opina pela **prorrogação do prazo de vigência por mais 21 (vinte e um) dias**, com fundamento no artigo 57, I, § 1º, I, da Lei n. 8.666/93 e Cláusula Quarta, Subcláusula Segunda do Contrato Administrativo n. 02/2021.

16. Quanto à minuta do **Segundo Termo Aditivo** juntada ([0753818](#)), sob o aspecto formal, o instrumento encontra-se em conformidade com as regras da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara, estando apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração. Assim sendo, para cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei n. 8.666/93, esta Assessoria jurídica **APROVA** os seus termos.

17. Por derradeiro, esta unidade jurídica analisou os aspectos jurídicos do pedido a ela submetidos, já que inábil regimentalmente para pronunciar-se acerca de outras questões, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito deste Tribunal, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativo.

À consideração superior.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 22/10/2021, às 16:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0754134** e o código CRC **97982620**.

0003199-70.2020.6.22.8000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0003199-70.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL (SEMAP)

ASSUNTO: Prorrogação do prazo de vigência - Contrato Administrativo n. 02/2021

DESPACHO Nº 1488 / 2021 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de procedimento administrativo inaugurado para abrigar contratação de empresa especializada em execução de obra de escoramento e reforço estrutural na face norte do edifício sede do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia (TRE-RO) nesta capital de Rondônia.

A Seção de Manutenção Predial - SEMAP, unidade gestora da contratação, verificando a proximidade do final do prazo de vigência do Contrato 02/2021 ([0690666](#)), 09 de novembro de 2021, e a necessidade de viabilizar o recebimento provisório e definitivo de todos os serviços e equipamentos dentro dos prazos previstos, além de possibilitar o trâmite do pagamento da etapa final do objeto contratado, requereu a prorrogação do prazo de vigência por mais 21 (vinte e um) dias (Informação n. 251/2021 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP - [0753284](#)).

Em cumprimento ao Despacho nº 1896/2021 - SAOFC (0753779), a SECONT elaborou minuta do segundo termo aditivo ao **Contrato nº. 02/2021** ([0690666](#)), fazendo constar o novo prazo de vigência (0753818).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Instada a se manifestar, a Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral opinou pela dilação do prazo de vigência do ajuste, por mais 21 (vinte e um) dias, com fundamento no artigo 57, I, § 1º, I, da Lei n. 8.666/93 e Cláusula Quarta, Subcláusula Segunda do Contrato Administrativo n. 02/2021, bem como pela renovação da garantia contratual, correspondendo a 5% (cinco por cento) do novo patamar financeiro do contrato, dimensionada para a cobertura das obrigações. Por fim, aprovou a minuta apresentada pela SECONT (evento [0753818](#)), por estar em conformidade com as regras da Lei n. 8.666/93 e atender aos princípios e diretrizes que norteiam as contratações públicas.

A SAOFC se manifestou favorável à prorrogação da avença, com base no parecer jurídico emitido pela AJDG (0754469).

Vieram os autos para apreciação nesta Diretoria-Geral.

Inicialmente, registra-se que, com relação ao prazo de execução, a unidade gestora relata que não haverá necessidade de sua dilação, haja vista que o pedido de readequação orçamentária do Contrato n. 02/2021 ([0724100](#)), apresentado pela Empresa Contratada ([0724099](#)), foi reproduzido no Segundo Termo Aditivo ao Contrato 02/2021 ([0753818](#)), e tal alteração do projeto somente causou efeito no prazo de vigência,

Contudo, faz-se necessário estender o prazo de vigência e, no tocante à possibilidade de **prorrogação do prazo do contrato**, a Lei de Licitações traz no § 1º do artigo 57 as seguintes hipóteses permissivas:

"Art. 57 [...]

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I - aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório;

[...]

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega **admitem** prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

(...) (destacamos)

Como bem asseverado pela Assessoria Jurídica para a dilação do prazo de execução é pacífico o entendimento deste Órgão quanto à possibilidade de prorrogação de contratos administrativos, em execução, pelo prazo necessário para o cumprimento do objeto contratual. Nos termos da Informação n. 251/2021 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0753284](#)), as prorrogações pretendidas são necessárias para a execução completa dos serviços contratados.

No caso em tela, a contratação precisa estender o prazo de vigência em mais 21 (vinte e um) dias, a fim de viabilizar, dentro do referido prazo, o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

recebimento provisório e definitivo, além possibilitar o trâmite do pagamento da etapa final do objeto contratado. Registre-se que o motivo dessa dilação de prazo está no primeiro termo aditivo que anotou supressão e acréscimo em decorrência da alteração do projeto ([0731107](#)).

Some-se a isso que restou demonstrada a necessidade da dilação no prazo de vigência do referido contrato e há previsão de prorrogação na Cláusula Quarta e Subcláusula Terceira, *ipsi litteris*:

CLÁUSULA QUARTA – O prazo de vigência desta contratação é de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da assinatura deste contrato.

Subcláusula Primeira – O prazo de execução desta contratação é de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data do recebimento da Ordem de Serviços respectiva.

Subcláusula Segunda – Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

(...)

Subcláusula Terceira – Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

Por fim, deve-se registrar que, com fundamento no art. 56, § 2º, da Lei n. 8.666/93, a **CONTRATADA** deverá ser notificada para apresentar a renovação da garantia contratual correspondente à 5% (cinco por cento) do novo patamar financeiro do contrato, dimensionada para a cobertura das obrigações, em cumprimento à obrigação imposta pela CLÁUSULA SEXTA do ajuste e sistematizada na Cláusula Segunda da minuta SECONT ([0753818](#)).

Registra-se, ainda, que a minuta de aditamento foi aprovada pela Assessoria Jurídica, cumprindo assim o disposto no artigo 38, parágrafo único, da Lei de Licitações e Contratos.

Diante da possibilidade de prorrogação prevista no art. 57, I, § 1º, inciso I, da Lei n. 8.666/93, bem como da previsão constante da Cláusula Quarta, Subcláusula Segunda do Contrato Administrativo n. 02/2021, com amparo na delegação de atribuições descrita no art. 1º, inciso II, da Portaria n. 66/2018/GP:

a) AUTORIZO a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº. 02/2021 ([0690666](#)), por mais 21 (vinte e um) dias (a contar de 09/11/2021 e data final em 29/11/2021), sem ônus para este Tribunal, mantidos os demais termos e condições pactuados, desde que haja comprovação prévia quanto à regularidade fiscal e trabalhista; e

b) DETERMINO a notificação da contratada para apresentar renovação da garantia contratual apresentada inicialmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do aditivo contratual, observadas todas as condições, prazos e valores constantes no contrato inicial, com fulcro na Cláusula Sexta do Contrato originário e no art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93, consoante registrado na Cláusula Segunda da minuta do Segundo Termo Aditivo ([0753818](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

À SAOFC para continuidade.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 26/10/2021, às 17:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0754927** e o código CRC **DA877D0B**.

0003199-70.2020.6.22.8000